



COLEÇÃO ESPECIAL - GOLPE MILITAR

PO

EDITOR - VICENTE PIRACICABA

AMIA ALL

GRA

"Macau" e aprisionar
um acto revoltante

"A Epoca" é

A confiança sereia do povo
na acção do governo

A atitude do nosso
chancellor

Quem anunciou ontem que o
governo de "Macau" se des-
prezava de ser o primeiro a
apresentar o seu programa de
trabalho, estava a mostrar
um completo desconhecimento
da situação, que não era de
nenhuma natureza política,
mas de ordem moral e
cívica.

Apresentado o programa, foram as primeiras

CRISTÃO

MARCHA
DEUS PE



CÂMARA MUNICIPAL DE
PIRACICABA

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Piracicaba

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E DE DOCUMENTAÇÃO

José Alexandre Pereira (Chefe do departamento)

SETOR DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

Giovanna Fenili Calabria (Arquivista I – Reg.195/SC)

Dayane Cristina Soldan (Arquivista – Reg.2168/SP)

Bruno Didoné de Oliveira (Escriturário)

Samara Nascimento Lopes (Estagiária de Administração)

1ª EDIÇÃO

2024

INTRODUÇÃO

Os documentos aqui apresentados trazem à luz como o golpe civil-militar de 1964 repercutiu na Câmara Municipal de Piracicaba.

Além da documentação referente à época dos acontecimentos de 1964, são expostos também papéis de 1961, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, mostrando como a crise gerada pela renúncia foi debatida na Casa; documentos do final da década de 1960, começo da de 1970, expondo como o recrudescimento da ditadura e o apoio ao regime se fizeram sentir na cidade e no parlamento piracicabano; e também de 1984, um ano distante vinte anos na linha do tempo, mas que ainda trazia resquícios de 1964.

Entre o final de agosto e o início de setembro de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros, foram convocadas três sessões extraordinárias com o fim exclusivo de se debater a situação política nacional. A posse do vice-presidente João Goulart, o que seria o natural, não era bem vista por setores da classe política, o que fez com que se discutisse se seria permitido a ele tomar posse ou não. Se a Constituição Federal previa que o vice-presidente fosse empossado, não havia o que se discutir. Mas, se discutiu. E nas atas dessas sessões que registram tais discussões, encontram-se cinco citações às “classes armadas”, às “Forças Armadas” e às “armadas brasileiras”. Era uma questão política, a ser resolvida dentro da política, por políticos. Não por militares. Mas as referências a estes teimavam em aparecer, como foi e é recorrente na história do país, desde o surgimento da República. Sem surpresa, poderia ser um prenúncio do que iria acontecer cerca de dois anos e meio depois.

Entre março e maio de 1964, no fervor dos acontecimentos, o tema foi abordado em sessões ordinárias, cujas citações revelam o apoio ao “Manifesto dos Generais”, o entusiasmo com a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, o alívio com a “manutenção do regime democrático” e até mesmo a gratidão aos céus, através de “missa de agradecimento pelo sucesso dos últimos acontecimentos”.

Tomando a liberdade de parafrasear o dito popular: A fé move montanhas e também governos.

Ainda do ano de 1964, são destacados documentos como: convite para Lincoln Gordon, embaixador dos EUA e figura fundamental para a

concretização das intenções, visitar Piracicaba; Requerimentos, endereçados a diversas autoridades nacionais, sobre os “recentes acontecimentos no país”; agradecimentos dessas autoridades (governador Carlos Lacerda, general Olímpio Mourão Filho, dentre outros) pelas manifestações da Câmara; e até um Requerimento que solicitava ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, “informações sobre as condições ideológicas” de um vereador e de um suplente de vereador.

Chegando ao final da década, um documento de outubro de 1969 revela o endurecimento do regime: o termo de posse do vice-prefeito, em virtude da cassação do mandato do então prefeito Francisco Salgot Castillon.

Do ano seguinte, é destacada a ata da sessão ordinária do dia subsequente à conquista da Copa do Mundo de 1970, em que há louvação à “Revolução de Março”. Ainda na exaltação ao regime, a Casa apresentava lisonjas ao então general-presidente, com a aprovação de uma bajulatória Resolução que previa a “colocação do quadro do Presidente Médici no recinto das Sessões”.

Em 1984, embora passadas duas décadas do fato, o mesmo ainda se fazia sentir. Desse ano, mais especificamente do mês de abril, mês em que estava a todo vapor a campanha das “Diretas Já”, é trazido um documento que revela o iminente momento de abertura política do país, e ao mesmo tempo traz uma triste lembrança de um vereador, cuja fala conduz a um acontecimento passado exatos vinte anos antes. Trecho de ata de uma sessão ordinária relata a fala desse vereador, que “relembrou os idos de 1964, quando fora injustamente preso”. No mesmo discurso, o vereador afirma “ter certeza de que o Brasil encontraria agora seu real caminho democrático”.

Uma observação: esse vereador de 1984 era o suplente de 1964 que teve pedida a investigação da sua “condição ideológica” pelo DOPS - Departamento de Ordem Política e Social.

Esta coleção é uma pequena amostra de documentos contidos num arco temporal de 23 anos, que se inicia em 1961 e vai até 1984. Período que marcou de forma indelével a história do país, cujas marcas se fizeram sentir inclusive em Piracicaba.

ÍNDICE

No índice encontra-se a listagem dos itens documentais da série (ou processo). Com informações de localização, conteúdo e se foi transcrito ou não. Para facilitar o acesso aos itens transcritos, clique no [Sim](#) para ser direcionado à respectiva transcrição.

Golpe Cívico-Militar

*BR SPCVP CE G.MIL

DOC	DESCRIÇÃO DO ASSUNTO
01	Ata - 24ª Sessão Ordinária 28 de agosto de 1961 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 2º orador da sessão, vereador José Eduardo de Carvalho “analisou de relance a situação nacional, agravada com a renúncia do presidente Jânio Quadros, manifestando sua confiança nos princípios democráticos e sua fé em que seriam superados os obstáculos, recolocando-se o país no elevado conceito em que sempre foi tido pelas outras nações”. Na sequência, o 4º orador, vereador Emílio Sebe, elogiou “o espírito de serenidade e tranquilidade com que o povo recebeu os acontecimentos nacionais, culminados com a renúncia do presidente Jânio Quadros”. LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 133-133V]
02	Ata - 5ª Sessão Extraordinária 29 de agosto de 1961 A ata registra, logo no início, explicação da Presidência, dando conta que a sessão foi convocada “em face de Requerimento subscrito por cinco vereadores, e para que a Câmara tomasse uma iniciativa com relação a conjuntura política por que atravessa a Nação em face da renúncia do presidente Jânio Quadros”. Em seguida, dada a palavra aos oradores, “falou o vereador José Eduardo de Carvalho, que disse da apreensão e expectativa com que se aguardava o pronunciamento do Congresso, reunido em caráter permanente, para resolver da melhor maneira e de acordo com a lei, a eventual posse do vice-presidente ou solução extralegal. O país abalou-se com a renúncia do Sr. Jânio Quadros, e embora o presidente da Câmara Federal, dep. Ranieri

Mazzilli, venha substituindo s. Excia. na ausência do vice-presidente, vem ele sofrendo pressão dos ministros militares, que não desejam permitir a posse do Sr. João Goulart. As Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas vêm se manifestando sucessivamente, no sentido de que a ordem seja mantida, e a Câmara também tem uma obrigação moral de se pronunciar e trazer uma palavra definida ao povo piracicabano, conforme suas tradições históricas e políticas. Verdade é que a manifestação da Câmara de Piracicaba não iria mudar o curso histórico dos acontecimentos, mas unida sua voz às dos demais teria o ensejo de fazer pressão sobre as Casas do Congresso, que conheceriam assim a intensidade da luta do povo pela manutenção da ordem legal e da democracia. Encareceu o orador a conveniência de solidarizar com o governador Carvalho Pinto, reconhecendo nele a bússola, o timoneiro. Era mister se demonstrar às nações de todo o mundo que o Brasil era grande em sua história e em seus ideais e que era mantenedor dos princípios democráticos, era uma República sólida e não uma republiqueta entregue ao bel prazer de alguns militares...Interfere a presidência para solicitar ao orador não dirigisse ataques às classes armadas, pois, como tivera oportunidade de dizer ao orador, aceitaria a convocação da sessão, embora pessoalmente não a julgasse necessária. Prosseguiu o orador, dizendo que assumia responsabilidade do que dizia e manifestou sua fé em que Deus velaria pela pátria brasileira, para que houvesse um clima de ordem e paz, possibilitando ao povo trabalho e progresso. Renovava ainda sua fé no espírito dos homens públicos do país, que resolveriam com justiça, honradez, probidade e senso de responsabilidade, o destino do Brasil, para que continuasse a ser uma República forte, consolidada, sob a bandeira da ordem e da lei. Em seguida, falou o vereador Sebastião Rodrigues Pinto, que se manifestou chocado e entristecido com o rumo dos acontecimentos, e, ignorando embora os motivos da renúncia do Sr. Jânio Quadros, era preciso dizer-se que o país tinha ainda uma Constituição que devia ser obedecida e cumprida. Trabalhando embora para a eleição do Sr. Jânio Quadros e Milton Campos e não tendo votado no Sr. João Goulart, entendia que a Constituição deve ser obedecida, repudiando a repetição de erros como os havidos. O art. 79 da Carta Magna garante a sucessão do Sr. João Goulart à renúncia do Sr. Jânio Quadros, e a Câmara Municipal, seguindo suas tradições e o exemplo de seus antepassados, sem paixão e sem política, deveria exigir o respeito da Constituição. Indagando, a seguir, o Sr. Presidente se o vereador José. E. Carvalho estava satisfeito e se tinha algo a acrescentar, solicitou este a formação de uma comissão para redigir um manifesto ao governador Carvalho Pinto. Retomou a palavra o Sr. presidente para dizer da dúvida que o assaltava quanto ao representar esse manifesto o pensamento da Casa, visto que se achavam presentes apenas sete vereadores, deixando-se passar a boa oportunidade da sessão da véspera, quando se achavam em Plenário quase na sua totalidade. Interveio, pela ordem, o vereador Geraldo Bastos, para dizer que era favorável ao pronunciamento da Câmara, conforme já havia requerido, mas que não fora levado em consideração, porque a Presidência achava desnecessária uma manifestação, conforme declarara a um jornal local, donde concluía que não houve falta de vereador ou de

oportunidade, mas da própria Presidência. Daí a achar que era oportuno o Requerimento do vereador José E. Carvalho. Com a palavra, a Presidência esclareceu que o vereador Bastos não podia falar ainda, por não ter assinado a lista de comparecimento, sendo considerado, assim, ausente, desejando assinalar também que o seu pedido de convocação de sessão permanente não continha o número suficiente de assinaturas, além do que, fora o mesmo apresentado no gabinete do prefeito, não na Secretaria da Casa, como entendia deveria ser. Quanto a suas declarações a um jornal local, foram de caráter pessoal, não na qualidade de presidente, continuando ainda a afirmar que não considerava necessária uma sessão extraordinária ou permanente, embora não tivesse podido fugir da convocação, por ser regimental o pedido feito pelo vereador José E. Carvalho. Falando em seguida o vereador Emílio Sebe, afirmando que a renúncia do Sr. Jânio Quadros tomara de surpresa a nação, dizendo ele que forças reacionárias o fizeram abandonar o cargo, sem, contudo, ficar tudo devidamente claro, como, aliás, está se dando com o noticiário em geral, que deve ser recebido com a devida reserva. Partidário que é da democracia, estava o Senado a resolver a questão da substituição do presidente renunciante, mas como iria a Câmara manifestar-se se não havia o 'quorum' necessário para aprovar o pedido de formação de uma comissão? Aliás, desejava frisar que o povo está cansado de Câmaras, Assembleias, Congressos, e, num plebiscito, talvez optasse por um regime ditatorial, face aos absurdos praticados pelos representantes da nação, fixando para si próprios subsídios de Cr\$ 340.000,00 mensais e outros abusos que vêm indicar a decadência do regime vigente. Disse o orador, em seguida, que o Sr. Jânio Quadros não era homem a que alijasse da luta apenas um discurso do governador Carlos Lacerda, mas talvez seus exageros na política exterior e a condecoração dada ao representante de Cuba na reunião de Punta del Este tenham precipitado os fatos, contudo, qualquer atitude que venha a Câmara a tomar, só lhe poderia trazer futuros aborrecimentos, mesmo porque, o presidente renunciante não deixou definidos os motivos que o levaram à medida extrema da renúncia. Assim, se absteria de votar e deixaria o Plenário, e, assim, sua atitude se coadunaria com a do povo, que está calmo e confiante aguardando os acontecimentos e acompanhando o curso histórico dos mesmos. Apelava a seus pares para que não tomassem partido nessa contingência duvidosa, acreditando, de sua parte, ainda, na Constituição e no patriotismo dos militares, devendo a Câmara, no seu entender, dedicar-se à vida do município, deixando às altas Casas do país a solução dos problemas de âmbito nacional. Em prosseguimento, foi apresentado pelo vereador José. E. Carvalho novo Requerimento para a convocação de uma sessão extraordinária à noite desta data, a fim de que fosse redigido e apreciado o manifesto, sendo deliberado favoravelmente. Ato contínuo, usou da palavra o vereador Geraldo C. Bastos, que se manifestou ao pronunciamento da Câmara Municipal, pois, era bem verdade que a 'união faz a força' e o levar o pensamento da Edilidade ao Congresso Nacional iria demonstrar-lhe a nossa vigilância, não tanto quanto aos motivos de renúncia do Sr. Jânio Quadros, mas sim para que a Constituição seja cumprida. Segundo as declarações do ex-presidente, algo se notava que s. senhoria não pôde dizer, prometendo fazê-

	lo mais tarde, e, assim, o que interessava no momento era um pronunciamento da Câmara no sentido de não permitir que as Forças Armadas, o Congresso ou a Câmara Federal resolvam a situação discricionariamente. Era mister mostrar-lhes nossa vigilância e, nesse sentido é que aguardava a apresentação de moção. Com a palavra o Sr. presidente, foi por ele dito que às 3 horas da tarde do dia da renúncia do Sr. Jânio Quadros, recebera telefonema da Folha de Piracicaba, para dar sua opinião sobre o fato, e não quanto à convocação da Câmara para pronunciamento, achando, então, que era cedo para qualquer providência, mesmo porque os governadores de alguns estados estavam tentando demover o Sr. presidente da República. Todas as declarações, entanto, as fizeram em seu nome, e não como presidente da Casa, por isso não podia aceitar as declarações do vereador Bastos, de que estaria dificultando a manifestação da Edilidade, aliás, não tinha nem sequer obrigação de dar sua opinião àquele matutino. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às 16 horas”. LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 136-136V-137-137V-138-138V-139]
03	Ata - 6ª Sessão Extraordinária 30 de agosto de 1961 A ata registra, logo no início, que a sessão foi convocada “a fim de ser apreciada a situação política nacional, e ser exposta a manifestação da Câmara Municipal a respeito”. Em seguida, dada a palavra aos oradores, “falou inicialmente o vereador Geraldo Bastos, que propugnou pelo respeito à Constituição e à posse do vice-presidente, Sr. João Goulart, sem se entrar nos méritos ou defeitos que o impeçam de assumir a Presidência. Outra atitude que não essa seria o caminho da ilegalidade e do caos. Através de Moção que o vereador José E. Carvalho ofereceria à apreciação da Casa, Piracicaba teria ensejo, através de seus representantes, manifestar seu pensamento junto ao Congresso Nacional e ao dirigente das Armadas Brasileiras, que só poderia ser o de observância da Constituição e o respeito à lei. Em seguida, falou o vereador José E. Carvalho, que se manifesta em favor da manutenção da ordem e da paz, e leu a Moção seguinte: ‘Piracicabanos, no momento histórico em que se decide, em Brasília, sobre os sagrados destinos da nacionalidade, dentro da grave crise deflagrada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, compete aos representantes do povo, com assento nesta Casa, conscientes das responsabilidades assumidas para o fiel cumprimento de seus mandatos, oferecer à pátria comum o seu pronunciamento oficial, dando conhecimento ao seu povo ordeiro e laborioso, da sua decisão, toda ela alicerçada nos básicos princípios democráticos, atendendo ao chamamento cívico e ao dever patriótico dos brasileiros. Piracicaba, terra democrata por excelência e tradição, coerente com o seu passado de lutas em favor da ordem e da legalidade, havendo oferecido vultos gloriosos ao país, como o ilustre 1º presidente civil da República, Prudente de Moraes e tantos outros eminentes

estadistas, não poderia permanecer em silêncio, furtando-se a uma manifestação pública, dentro da atual conjuntura política, que é de extrema gravidade e de transcendental importância. Reafirmando nossa confiança no espírito público e nas virtudes cívicas dos responsáveis pela manutenção da lei e respeito à Carta Magna brasileira, situamo-nos pela defesa da legalidade, augurando que seja o mais breve possível pacificada a família brasileira, a fim de que possamos continuar no trabalho constante pelo progresso e desenvolvimento, dentro de um clima de tranquilidade, indispensável para atingirmos o grande porvir, que aguarda a imensa nação brasileira. Nesta oportunidade, hipotecamos nossa solidariedade ao íncrito gov. Carvalho Pinto, cujos pronunciamentos sensatos manifestam a disposição dos paulistas de manter a lei a qualquer custo. Conclamando a população a continuar nesta elogiável atitude de serenidade e observância dos dispositivos concernentes à ordem pública, elevamos, neste instante, nosso pensamento aos céus, rogando à Providência que oriente a consciência nacional e zele pela continuidade e consolidação das instituições democráticas, impedindo as forças reunidas para destruir nossas tradições republicanas, que obtenham êxito em seus esforços, removendo todos os obstáculos colocados no caminho da democracia brasileira'. S. das Ss., 29 de agosto de 1961. (a) José Eduardo de Carvalho. O orador seguinte, vereador Rodrigues Pinto rememorou os fatos ocorridos em 1955, quando foram depostos dois presidentes legalmente investidos, ocasião em que, a Câmara Municipal aprovou Moção de Apoio ao então ministro da Guerra, general Teixeira Lott, com votos contrários dos vereadores Salgot Castillon e Penteado de Castro. Seu ponto de vista, disse o orador, era favorável à posse do vice-presidente, na forma do art. 79 da Constituição, para que não se repitam aquelas [novembradas] e seja respeitada a Carta Magna. Em seguida, o vereador Mário Stolf fez uso da tribuna, manifestando-se pela observância da Constituição e apelando para que se mantivessem todos vigilantes, aguardando a decisão do Congresso Nacional, que vinha procurando delinear outro pensamento, o do parlamentarismo, que, se aprovado pelas duas Altas Casas, seria, sem dúvida, a legalidade e respeito à Carta Magna. Discorreu o orador sobre o que seja esse sistema político, que situaria cada qual em suas responsabilidades. O orador seguinte, vereador Emílio Sebe, discursou longamente, dizendo da delicadeza da situação e expondo seu modo de ver de que não estava havendo ainda o desrespeito à Constituição, pois, com a renúncia do presidente, assumiu a testa do governo o presidente da Câmara Federal, em face da ausência do sr. vice-presidente, em viagem ao exterior, havendo, portanto, plena normalidade, motivo por que era de parecer que a Câmara se abstivesse de qualquer pronunciamento, antecipando-se aos fatos. O orador fez observações à redação da Moção apresentada pelo vereador José Eduardo de Carvalho, em sua parte final, cujos conceitos, no seu entender, ofendiam a dignidade das classes armadas e não podiam merecer o apoio da Casa, sem grave responsabilidade, mesmo porque não poderiam os srs. vereadores decidir em causa tão grave, baseados apenas em noticiário de jornais. Não achando tivesse havido infringência da Constituição e que, confiando na manutenção da ordem pelas Forças

	Armadas, era preciso aguardar-se, ainda, o esclarecimento da situação, opinava pela rejeição da Moção. Encerrada sua discussão, ao ser posta a votos a referida Moção, o vereador Emílio Sebe solicitou verificação de presença, procedida a qual, verificou-se haverem se retirado do Plenário os vereadores Mário Stolf, Arthur Domingues da Motta e Maria Benedita Penezzi, comunicando o sr. presidente que, realmente, suas senhorias, por motivos de força maior, haviam solicitado sua retirada. Apurou-se, assim, a existência de apenas oito vereadores, número insuficiente para deliberar, ficando a matéria adiada para a sessão ordinária da segunda-feira, conforme explicou a Presidência, resolvendo questão de ordem levantada pelo vereador Bastos sobre o destino final da mesma. Encerrou-se a sessão às 17 horas”. LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 139V-140-140V-141]
04	Ata - 7ª Sessão Extraordinária 01 de setembro de 1961 A ata registra, logo no início, explicação da Presidência, dando conta que a sessão foi convocada “para tratar-se da atual conjuntura nacional, em face de um requerimento que havia recebido, na forma regimental, e que o terem sido os srs. vereadores avisados por elementos do C.A. Luiz de Queiroz, não implicava interferência de 3ºs, mas, antes, colaboração dos mesmos, que se ofereceram para isso, dada a exiguidade de tempo. Isto posto, comunicava ao Plenário que se achavam sobre a mesa três moções no mesmo sentido, que punha em discussão. Ocupa a tribuna o vereador Schiavon que, após justificar suas ausências às sessões anteriores por motivos de força maior de família, historiou sua participação em movimentos do passado em prol da constitucionalização do país, e nessa hora também não podia deixar de hipotecar solidariedade a todos quantos vinham lutando pelo respeito de nossa Carta Magna. Requereu, ao finalizar, que constasse dos anais da Casa discurso proferido pelo senador Juscelino Kubitschek, pelo alto sentido de sensatez que nele se contém, o que foi deferido pela Mesa. O orador seguinte, vereador Jaime Cunha Caldeira, justificou, por motivos de afazeres em São Paulo, sua ausência às sessões anteriores, definindo, a seguir, a posição das classes sindicalistas na atual emergência política nacional, e que era de total respeito à Constituição e à democracia, conquistadas com o sangue e bravura do povo e dos heroicos pracinhas. Em nome da classe de motoristas, falou o vereador Antonio Fidelis, lendo proclamação daquela em favor da manutenção da ordem e das garantias constitucionais, dando-se posse ao vice-presidente eleito. O vereador Geraldo Bastos hipotecou apoio à Moção, e justificou emenda à mesma no sentido de que figurasse nela, claramente, que a solução na crise nacional deveria basear-se na Constituição, dando-se posse ao sr. João Goulart, vice-presidente da República, eleito pelo povo, não podendo, assim, pairar dúvidas quanto ao real pensamento da Câmara. O vereador Emílio Sebe aceitou a sugestão do orador precedente, quanto à emenda

proposta e enalteceu, em seguida, o espírito patriótico da mocidade estudantina, bem como o civismo que sempre presidiu as atitudes e decisões do povo piracicabano, que não faltaria também na hora presente. O vereador Sebastião Rodrigues Pinto falou em seguida, definindo-se pela investidura do Sr. João Goulart, embora confessando ter sido adversário político do mesmo, pois assim lhe garantia a Constituição Federal, devendo a Casa evitar pronunciamento errôneo, como ocorrera nos idos de 1955, quando apoiou o golpe, com exceção de dois ilustres vereadores, prof. Hélio Penteado de Castro e o atual prefeito, Dr. Salgot Castillon. O vereador José Eduardo de Carvalho falou em seguida, reiterando as considerações feitas nas sessões anteriores em prol da legalidade e da obediência à Carta Magna do país, solicitando, igualmente, retirada da Moção de sua autoria, para que fosse votada a do vereador Emílio Sebe, que, em síntese, representava o mesmo pensamento e a qual pedia vênua para subscrever também. O vereador Antonio Stolf agradeceu o convite das classes estudantis e sindicalistas para que comparecesse à sessão e, como representante do povo, externou ponto de vista em favor da posse do sr. vice-presidente, Sr. João Goulart, para que assim não seja desobedecida e desautorizada a Constituição Nacional, discordando, assim, daqueles que, por qualquer forma, querem impedi-lo. O vereador Mário Stolf aconselhou que se devia decidir com prudência, pois o Congresso, em sucessivas reuniões, estava procurando uma solução legal para a crise, inclusive a adoção do sistema parlamentarista, através de Emenda à Constituição, que, se aprovada, legalizaria a situação da investidura do substituto do Sr. Jânio Quadros. O vereador Jorge Antonio Angeli, como líder do PTB, solidarizou-se com a posse do sr. vice-presidente, estando de parabéns vereadores, estudantes, classes sindicais, pelo sentido de união na sua luta em prol da observância da Constituição e da lei. Encerrados os debates, passou-se à votação da Moção, que foi aprovada por unanimidade, com a Emenda do vereador Geraldo Bastos. A seguir, a Comissão de Redação procedeu à inclusão da Emenda no texto da proposição, sendo posta à discussão e unanimemente aprovada. Encerrando a sessão, o presidente agradeceu o comparecimento de todos”.

LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 141V-142-142V-143]

**Ata - 25ª Sessão Ordinária
04 de setembro de 1961**

05

Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão, vereador Geraldo Carvalhaes Bastos “se referiu à recente aprovação e promulgação da Emenda à Constituição Brasileira, instituindo o regime parlamentarista no país, a seu ver, sob coação do militarismo, entretanto, diante de fato consumado, nada restava a fazer senão acatar a decisão do Congresso, contudo o seu protesto e a reafirmação de que houve burla à Carta Magna e o pensamento de que se devia pura e simplesmente dar posse ao Sr. João Goulart”.

	Por sua vez, o 4º orador, vereador Emílio Sebe, “manifestou-se sobre o desfecho da conjuntura política nacional, lamentando que, num lapso curto de tempo, se tenha burlado a Constituição, com modificação profunda na estrutura governamental”. LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 143V-144]
06	Ata - 26ª Sessão Ordinária 11 de setembro de 1961 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão, foi o vereador Antonio Stolf, que “referindo-se ao retorno do país ao clima da normalidade e, elogiando a atitude das casas legislativas maiores e menores de toda a nação, enaltecendo a ação de todos quantos enfeixavam o poder em suas mãos, destacando, enfim, o alto espírito de educação cívica do povo, que soube portar-se com dignidade e bom senso, para tornar possível a continuação da democracia brasileira, fatos todos esses que o deixavam plenamente satisfeito”. LIVRO DE ATAS – A040 - [FL. 146-146V]
07	Moção nº 03/1964 02 de março de 1964 Moção de repúdio ao “pretendido retorno do Partido Comunista do Brasil”. PASTA 1964 – CAIXA 02 – PROCESSO 20 – FL. 22-27, 31-32
08	Requerimento nº 46/1964 16 de março de 1964 Requerimento, protestando contra o fato de que em “diversos muros da cidade apareceram estampados a foice e o martelo”. PASTA 1964 – CAIXA 04 – PROCESSO 97B – FL. 17
09	Requerimento nº 48/1964 16 de março de 1964 Requerimento de “congratulações e louvor” ao jornal “O Estado de S. Paulo”, pela matéria sobre Cuba. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 19-33
10	Ata - 7ª Sessão Ordinária

	23 de março de 1964 Na sessão, na Ordem do Dia, em referência ao Requerimento nº 57/1964, a ata registra o seguinte: “Com referência ao Manifesto dos Generais, dado a público pelos órgãos da imprensa, o autor, vereador Elias Jorge, defendeu veementemente a necessidade de ser encetada uma repulsa contra a atuação do atual presidente da República, que reputava nociva aos interesses da Nação. O vereador Mário Stolf, endossando a propositura, lembrou inclusive a infiltração de ideias exóticas e antinacionalistas em todos os setores da administração, atingindo mesmo o ensino, em cujo seio tramita livros que apresentam como não herói nacional o bravo Duque de Caxias”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 21V]
11	Requerimento nº 57/1964 23 de março de 1964 Requerimento, solicitando que conste “nos anais deste Poder”, o “manifesto dos generais brasileiros”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 23 E 34-38
12	Ata - 8ª Sessão Ordinária 30 de março de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 3º orador da sessão, vereador Assib Elias Maique, “fez uma explanação sobre o significado do que seja nacionalismo verdadeiro, muitas vezes mal interpretado e mal usado por maus brasileiros, encarecendo a necessidade de uma união de forças patrióticas para enfrentar a disseminação de ideais contrários à pátria, concluindo por apresentar requerimento em que propõe apoio da Câmara, em caráter oficial, às reformas de bases, desde que dentro do espírito democrático e cristão do povo brasileiro”. Registra ainda a ata que, como 6º orador, o vereador José Alcarde Corrêa “teceu considerações em torno à realização da ‘Marcha da Família com Deus e pela Liberdade’, a ser levada a efeito em nossa cidade, conclamando autoridades e povo a apoiar esse movimento, a fim de que Piracicaba fosse também ouvida pela Presidência da República”. Na Ordem do Dia, ao discutir o Requerimento nº 68/1964, de autoria do vereador Assib Elias Maique, que “propõe apoio a ato da Diretoria do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, repudiando calouro de agronomia que fazia propaganda subversiva no seio da classe”, toma a palavra o vereador Waldemar Romano, “para observar que, dada a delicadeza do assunto deveria a Casa melhor apurar os fatos, sem deixar-se apenas pelo noticiário dos jornais, a fim de manifestar-se com pleno conhecimento de causa”. Na sequência, o vereador Elias Jorge “hipotecou voto de crédito à imprensa e discorreu detidamente sobre o conteúdo do Requerimento, que reputava

	oportuno e perfeitamente cabível, devendo, a seu ver, a Câmara tomar uma atitude clara e definitiva com relação aos fatos”. Em seguida, o vereador Milton de Camargo “lembrou ter já havido manifestação nesse sentido feita pela Câmara Municipal, em requerimento anterior de sua autoria, entretanto, achava que nenhum mal haveria em nova manifestação, estando, de sua parte, de pleno acordo com a proposição em tela”. A ata ainda registra que: “Antes de encerrar os trabalhos, o sr. Presidente comunicou à Casa convite do M.A.F., para uma reunião preparatória visando preliminares para a organização da Marcha da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 22V-23-23V]
13	30 de março de 1964 Ofício, do Movimento de Arregimentação Feminina, convidando para a “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 02 – FL. 29
14	Requerimento nº 65/1964 30 de março de 1964 Manifestação oficial da Câmara, em apoio “às reformas de base, dentro do espírito democrático”. PASTA 1964 – CAIXA 07 – PROCESSO 231
15	Requerimento nº 68/1964 30 de março de 1964 Requerimento, congratulando o presidente do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, por repudiar “ideais antagônicos e subversivos” por parte de um de seus associados. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 51-54
16	Ata - 9ª Sessão Ordinária 06 de abril de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que deram entrada os Requerimentos “nº 75, do vereador José Luiz Guidotti; 76 e 77, do vereador Elias Jorge; 78, do vereador Jaime Pereira; 79 e 80, do vereador Antonio Sallum, todos consignando voto ou aplaudindo a atitude das autoridades policiais, das Forças Armadas, Governadores e clero, pela solução dada aos

acontecimentos políticos que culminaram com a deposição do Presidente João Goulart e o restabelecimento de um clima de democracia e repúdio ao comunismo internacional”.

Também durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão foi o vereador Lázaro Pinto Sampaio, que “falando da Mesa, na qualidade de Presidente, concitou aos pares a comparecer à passeata a ser promovida nesta cidade, de apoio à ‘Marcha da Família pela Liberdade, com Deus’, e passou, em seguida, a manifestar-se sobre o advento dos últimos acontecimentos políticos e que tiveram como finalidade a deposição do presidente da República, Sr. João Goulart, e a manutenção do regime democrático, havendo todas as forças vivas da Nação, militares, civis, autoridades e povo, dado mostras do mais alto espírito patriótico, tornando-se, dessa forma, motivo de respeito e admiração”.

Na sequência, como 2º orador, o vereador Elias Jorge “criticou os oportunistas de todas as situações, especialmente quando em jogo os destinos da Pátria, não podendo dizer-se o mesmo desta Câmara, que, desde a primeira hora, esteve sempre alerta e, portanto, tem autoridade moral para se manifestar sobre os acontecimentos, apresentando, nesse sentido, proposições de aplauso às autoridades militares, civis e religiosas, que tomaram parte nos mesmos. O orador formulou apelo a industriais, comerciantes e a todos quantos estejam afetos problemas da economia e abastecimento, para que cooperem com as novas autoridades públicas, estabelecendo preços acessíveis e justos e pondo de lado o espírito da ganância e do aproveitamento das situações”.

Em seguida, como 3º orador, falou o vereador Milton de Camargo, que “Teceu comentários à situação nacional, definindo posições do partido UDN com assento nesta Casa, lembrando que o vereador Sebastião Rodrigues Pinto, por ocasião da posse do Sr. João Goulart, que os militares desejavam então impedir, como que conhecendo de antemão o ex-presidente, fora o único a pronunciar-se contra o ato, numa demonstração de que a UDN era um partido que sempre combateu a corrupção, o peleguismo e o estado de coisas implantado pelo referido presidente da República”.

Como 5º orador, o vereador Jaime Pereira justifica “voto de louvor às autoridades policiais da cidade pela manutenção da boa ordem e a calma indispensável no decorrer dos acontecimentos recentemente havidos”.

O 7º orador foi o vereador José Luiz Guidotti, que se pronunciou “fazendo referências aos acontecimentos ocorridos recentemente e que culminaram com a deposição do presidente João Goulart, hipotecando solidariedade às novas autoridades constituídas”.

O 8º orador, vereador José Alcarde Corrêa, “referiu-se também às ocorrências havidas no país, acentuando que Deus e os verdadeiros homens públicos haviam zelado para que o Brasil continuasse a viver no regime democrático, livrando-o de uma hecatombe geral. Assim, suplicava a Deus continuasse a olhar pelo povo brasileiro e fazia votos para que os novos responsáveis correspondessem à confiança e às necessidades populares”.

Na sequência, como 9º orador, usou da palavra o vereador Arthur Domingues da Motta, que “aplaudiu a vitória das forças democráticas, o

	respeito da Constituição e o expurgo das ideias extremistas, resultantes das últimas ocorrências nacionais”. Em seguida, o 10º orador, vereador Mário Stolf, se manifestou “sobre a necessidade de serem mantidas, a qualquer custo, as nossas instituições democráticas, a Constituição e o regime, para o que convocava todos os cidadãos a se unirem em torno de um ideal de paz e prosperidade”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 24-24V-25]
17	06 de abril de 1964 Manifestação, do presidente da Câmara, em apoio aos “acontecimentos cívico-militares dos últimos dias”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 58-60
18	Requerimento nº 72/1964 06 de abril de 1964 Requerimento, parabenizando delegados de polícia pelas medidas tomadas na cidade quando dos acontecimentos que “culminaram na vitória das forças democráticas, contra a foice e o martelo”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 65-67
19	Requerimentos nº 75 a 80/1964 06 de abril de 1964 Requerimentos, endereçados a diversas autoridades, “pela posição tomada em favor da democracia e de repúdio ao comunismo, e que culminou com os recentes acontecimentos no país”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 73-93
20	Requerimento nº 76/1964 06 de abril de 1964 Requerimento, apelando à Câmara Federal e ao Senado, para que, “nesta derradeira oportunidade que se lhes oferece” tomem parte quanto aos acontecimentos, sugerindo, inclusive, que haja “licença para que todos os deputados pró e comunistas sejam processados de acordo com a lei”. PASTA 1964 – CAIXA 07 – PROCESSO 241 - FL. 05-08
21	Ata - 10ª Sessão Ordinária

	13 de abril de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão foi o vereador Elias Jorge, que “após acentuar o ambiente de calma e tranquilidade proporcionado pela revolução vitoriosa, convidou a todos a se dedicarem aos seus afazeres e ao trabalho construtivo”. E seguida, como 2º orador, falou o vereador José Alcarde Corrêa, que “rememorou a magnificência da ‘Marcha da Família com Deus, pela Liberdade’, numa demonstração da fé e do patriotismo do povo piracicabano, e na confiança de melhores dias pela tomada de posição do glorioso exército nacional e do eminente Governador do Estado, Dr. Adhemar Pereira de Barros, razão pela qual sentia-se no dever de elevar a Deus o agradecimento público pela contínua proteção que tem demonstrado para com a nossa Pátria”. Como 6º orador, o vereador João Fidelis “formulou os agradecimentos ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano pelo convite dirigido à Câmara para assistir missa de agradecimento pelo sucesso dos últimos acontecimentos”. Já na Ordem do Dia, a ata traz o seguinte: “E discussão, o Requerimento nº 88/1964, dos vereadores do Partido Social Progressista, no sentido de ser oficiado o DOPS, solicitando-lhe informações sobre as condições político partidárias dos vereadores Celso Camargo Sampaio e Newton da Silva, ocupando a tribuna para defender o Requerimento o autor, vereador José Luiz Guidotti, que considerou como uma consequência natural da magnífica demonstração democrática popular na ‘Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade’ e pelo advento do novo regime político do país. O vereador Milton de Camargo entendeu que o Requerimento devia ser extensivo a todos os vereadores e não apenas a dois, sendo de parecer o vereador Rubens Leite do Canto Braga, que tais informações poderiam ser obtidas junto ao Delegado Regional de Polícia, Dr. Adyr da Costa Romano e que é também vereador. Ao final, a Câmara, a pedido do vereador Milton de Camargo, aprovou o encaminhamento da matéria à Comissão de Justiça para parecer”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 26V-27-28]
22	Requerimento nº 88/1964 13 de abril de 1964 Requerimento, solicitando ao DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, informações sobre as “condições ideológicas” dos senhores Newton da Silva, suplente de vereador, e Celso Camargo Sampaio, vereador. PASTA 1964 - CAIXA 07 - PROCESSO 269
23	Indicação nº 141/1964 13 de abril de 1964

	Indicação, endereçada às entidades da cidade, encetando a “campanha de estabilidade econômica”, a fim de “consolidar a revolução democrática”. PASTA 1964 – CAIXA 07 – PROCESSO 275
24	Ata - 11ª Sessão Ordinária 22 de abril de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão foi o vereador Elias Jorge, que “manifestou-se contrário sobre campanha existente na cidade para que seja dado um dia de salário, vencimento ou remuneração, ao governo, a fim de saldar dívidas provenientes do movimento revolucionário ocorrido há pouco no país, isto porque, acentuou sua senhoria, não resolveria a situação, a menos que tal campanha se processasse entre os integrantes das altas esferas comerciais e industriais do país, nas classes mais favorecidas e muito especialmente evitando-se a sonegação de impostos, e não procurando subtrair daqueles que mal ganham para o indispensável”. Registra a ata que, na Ordem do Dia, “entra em discussão única, o teor do manifesto redigido por Comissão Especial de Vereadores, sobre apoio às reformas de base, dentro de um espírito de justiça e cristianismo. Manifesta-se favorável o vereador Milton de Camargo e o vereador Elias Jorge disse que a proposição vinha de encontro àqueles ideais que vinha pregado desde as primeiras sessões desta Câmara, e que afirmavam a necessidade de uma tomada de posição contra os desmandos do nosso governo anterior e a manifestação da Casa viria demonstrar que Piracicaba está de pé e luta pela vitória de seu idealismo democrático e cristão”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 29V-31]
25	Ata - 12ª Sessão Ordinária 28 de abril de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que deu entrada o Requerimento nº 112/1964, “do vereador Elias Jorge, consignando voto de aplauso ao C. A. Luiz de Queiroz, pela exibição de filmes condenando o comunismo ateu”. Também deram entrada “telegramas do governador de Minas Gerais e Guanabara e do Gal. Mourão Filho, agradecendo voto de solidariedade”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 32-32V]
26	Requerimento nº 112/1964 28 de abril de 1964

	Requerimento de louvor ao Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, por exhibir filme sobre “essa grande desgraça do século, que é o comunismo”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 139-141
27	05 de maio de 1964 Agradecimentos de diversas autoridades (governador Carlos Lacerda, general Olímpio Mourão Filho, dentre outros) pelas manifestações enviadas pela Câmara. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 142-149
28	Requerimento nº 132/1964 12 de maio de 1964 Requerimento, contendo manifesto da Câmara “em favor dos presos de Fidel Castro”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 114-116
29	Ata - 15ª Sessão Ordinária 19 de maio de 1964 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 1º orador da sessão foi o vereador Rubens Leite do Canto Braga, que se referiu “à campanha da entrega de um dia de trabalho à Nação, partida das plagas piracicabanas e que vinha tomando vulto e apoio generalizado em todo o país, segundo pudera averiguar através de noticiário da imprensa escrita, falada e televisionada”. Como 3º orador, se pronunciou o vereador José Alcarde Corrêa, da seguinte forma: “Com referência ao momento crítico por que atravessa o país, apelou a todos para que assim viessem a ser superados e obtidos os resultados de uma vida mais tranquila e de dias melhores”. LIVRO DE ATAS – 1964 - [FL. 37V]
30	26 de maio de 1964 Ofício de agradecimento, do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, pela manifestação da Câmara quanto à sua atuação “neste momento histórico”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 03 – FL. 175

31	Indicação nº 193/1964 02 de junho de 1964 Indicação, sugerindo ao governador o “incentivo do ensino da democracia, da nossa Constituição e do civismo” nas escolas, com base “numa entrevista do general Olímpio Mourão Filho”. PASTA 1964 – CAIXA 09 – PROCESSO 382
32	Requerimento nº 279/1964 21 de setembro de 1964 Requerimento, convidando o Sr. Lincoln Gordon, embaixador dos EUA, a visitar Piracicaba, pois “vem marcando sua presença generosa, através das justas e dignas soluções dadas a todos os problemas que se apresentaram”. PASTA 1964 – CAIXA 01 – PROCESSO 02 – FL. 91-93 E 98
33	Requerimento nº 376/1964 30 de novembro de 1964 Requerimento, solicitando à delegacia de polícia “folha corrida” dos vereadores, “considerando os altos propósitos da Revolução de 31 de março”. PASTA 1964 – CAIXA 15 – PROCESSO 691
34	Decreto 17 de outubro de 1969 Decreto, de cassação dos “mandatos eletivos municipais”, e de suspensão, dos “direitos políticos, pelo prazo de 10 (dez) anos”, de alguns cidadãos, dentre eles o de “Francisco Salgot Castillon – Prefeito de Piracicaba-SP”¹.
35	Termo de Posse 18 de outubro de 1969 Termo de Posse do presidente da Câmara Municipal no cargo de prefeito, “na vaga decorrente da cassação do mandato do prefeito municipal, Sr. Francisco Salgot Castillon”. LIVRO DE ATAS – A041 - [FL. 157V-158-158V]

¹ BRASIL. Presidência da República. Decretos de 17 de outubro de 1969. Diário Oficial, seção I: parte I: Brasília, DF, p. 8912, 20 out. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65451-17-outubro-1969-406963-anexo-pe.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

36	Ata - 21ª Sessão Ordinária 22 de junho de 1970 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 8º orador da sessão, vereador Milton de Camargo, que “ressaltou os frutos administrativos em todos os setores advindos com o programa da Revolução de Março, já sendo elogiados por muitos e constatados por todos, colocando o país, por exemplo, ao lado dos demais continentes nos campos das telecomunicações, superando-os, como no caso do campeonato mundial de futebol, em que nos consagramos tricampeões, conquistando em caráter definitivo a Copa Jules Rimet”. Já na Ordem do Dia, a ata traz o seguinte: “em discussão única, sem debate, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 1/70, do vereador Benedito de Andrade, para colocação do quadro do Presidente Médici no recinto das Sessões”. LIVRO DE ATAS – 1970 - [FL. 54V-55]
37	Ata - 11ª Sessão Ordinária 16 de abril de 1984 Na sessão, durante o Expediente, a ata registra que o 8º orador da sessão, vereador Newton da Silva “teceu comentários sobre a necessidade da realização das eleições diretas para a Presidência do país. Afirmou que ele votara para presidente somente uma vez em toda sua vida e que desejava agora que seus filhos pudessem livremente eleger o próximo presidente brasileiro. Citou frase do autor da emenda pró-diretas, Dante de Oliveira, quando o mesmo afirmara que ‘somos brasileiros para votar para vereadores, deputados e senadores, mas não somos brasileiros para votarmos para presidente do Brasil’. Em seguida, lembrou os idos de 1964, quando fora injustamente preso, tendo permanecido por nove dias sem comer. Criticou as autoridades da época, em especial o delegado regional de polícia local, que, arbitrariamente, fora o causador daquela prisão. Finalizou suas palavras dizendo ter certeza de que o Brasil encontraria agora seu real caminho democrático”. LIVRO DE ATAS – 1984 - [FL. 36V]